

**PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA
EM EMPRESAS NACIONAIS DE CAPITAL ABERTO**

ALINE LUIZA BRUSCO PLETSCH

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ

aline.brusco@live.com

ARIBERTO DALCHIAVON

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REGIONAL DE CHAPECÓ-UNOCHAPECÓ

ariberto@unochapeco.edu.br

SADY MAZZIONI

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ

sady@unochapeco.edu.br

GIVANILDO SILVA

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ

givanildo.silva@unochapeco.edu.br

PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS NACIONAIS DE CAPITAL ABERTO

Resumo

Os relatórios fornecidos pela contabilidade ambiental, em complemento a um adequado sistema de gestão ambiental, auxiliam os gestores a tomarem decisões benéficas à organização, considerando as questões ambientais de forma estratégica, mudando suas concepções e passando a ver os custos ambientais como investimentos. Nesse contexto, encontra-se a busca pelas empresas em alcançar um bom desempenho econômico, aliando esse conceito a governança corporativa apresentando estratégias que contemplem o conceito *triple bottom line* (ELKINGTON, 2001), em que as empresas devem prestar contas de seu desempenho nas áreas econômica, ambiental e social. O objetivo do estudo é tornar evidente a adequabilidade e relevância da publicação de relatórios socioambientais para as empresas pesquisadas, sua contribuição para o avanço da transparência e da publicidade das ações neste segmento. A amostra foi composta por 136 empresas que se encontram na seção de sustentabilidade da bolsa de valores B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por meio do relatório relate ou explique, referente ao ano de 2016. Os resultados revelaram que existe uma propensão pela divulgação de dados socioambientais. Os indicadores mais utilizados tratam da gestão de práticas ambientais, do código de ética e da governança corporativa, com algumas variações dentro do contexto de cada instituição.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental; Sustentabilidade; Transparência; Governança Corporativa.

PRACTICES OF SUSTAINABILITY, TRANSPARENCY AND CORPORATE GOVERNANCE IN NATIONAL COMPANIES OF OPEN CAPITAL

Abstract

The reports provided by environmental accounting, in addition to an adequate environmental management system, help managers to make decisions that are beneficial to the organization, considering environmental issues in a strategic way, changing their conceptions and starting to see environmental costs as investments. In this context, there is the search for companies to achieve a good economic performance, combining this concept with corporate governance presenting strategies that contemplate the triple bottom line concept (ELKINGTON, 2001), in which companies are accountable for their performance in the areas economic, environmental and social. The objective of the study is to make evident the adequacy and relevance of the publication of social and environmental reports for the companies surveyed, their contribution to the advancement of transparency and publicity of actions in this segment. The sample was composed of 136 companies that are in the sustainability section of the stock exchange B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, through the report or explain, referring to the year 2016. The results revealed that there is a propensity for disclosure socio-environmental data. The most used indicators deal with the management of environmental practices, the code of ethics and corporate governance, with some variations within the context of each institution.

Key words: *Environmental Accounting; Sustainability; Transparency; Corporate Governance.*

INTRODUÇÃO

As mudanças tecnológicas e econômicas adicionadas às inconsistências relacionadas ao uso de forma equilibrada e racional de recursos naturais apresentam uma crescente necessidade de compromisso ambiental em todos os mercados e suas dinâmicas. Desta forma, essas mudanças podem ser fatores importantes para a competitividade empresarial. Atualmente, existem formas de interação do homem com o meio ambiente de forma sustentável, sem causar impactos elevados.

É de senso comum que todos são responsáveis pela necessidade de preservação dos recursos naturais, nos níveis global, nacional, social e individual. Os problemas de cunho ambiental causam perdas globais e irreparáveis têm atraído o interesse da sociedade, das instituições públicas e das empresas. Os perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente e a limitação da natureza empregada como capital, tornaram a opinião pública consciente.

O desenvolvimento de leis que estabelecem punições, que impõem normas e que determinam controles, podem incentivar a proteção ambiental e a busca de produtos que reduzam o impacto ambiental. Com base nessas novas exigências, às indústrias preocupam-se com a instalação de equipamentos de controle de poluição, que devido ao seu elevado custo, mostram-se insuficientes para a solução da questão da reciprocidade entre o meio ambiente e o crescimento econômico das empresas (ALMEIDA; CAVALCANTI; MELLO, 2002).

Assegurar a sustentabilidade ambiental necessita o estabelecimento de padrões de desenvolvimento sustentável e a preservação da capacidade produtiva dos ecossistemas naturais para futuras gerações. As alterações ambientais dão origem aos impactos cujos efeitos recaem sobre o meio ambiente natural e modificam a cadeia alimentar da natureza, os valores hedônicos do capital natural e às externalidades cujos efeitos positivos ou negativos recaem sobre os seres humanos, melhorando ou piorando seu bem-estar (MOTA, 2004).

Frente aos principais fatores que condicionam a necessidade de engajamento das empresas em relação à nova economia, destaca-se a sobrevivência da própria instituição no mercado nacional e internacional, meios para obtenção de vantagem competitiva perante a seus concorrentes, e a melhoria de sua imagem. Fatores esses que podem ser alcançados quando a empresa atua de maneira que respeite o meio ambiente (BENITES; POLO, 2013). Em decorrência da importância atribuída a responsabilidade socioambiental, o estudo propõe a pergunta de pesquisa: **Quais indicadores sustentáveis são divulgados pelas empresas listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão?**

Considerando os objetivos dos relatórios de sustentabilidade, objetiva-se com este trabalho, tornar evidente a adequabilidade e a relevância da publicação de relatórios socioambientais nas empresas pesquisadas, demonstrando os resultados gerados pelas empresas justificáveis à luz da teoria da legitimidade.

O estudo justifica-se apresentando a contabilidade com ênfase na gestão ambiental, concentrando-se na relevância dos dados socioambientais para a administração das empresas. Os relatórios socioambientais utilizam metodologias e sistemas para identificar, monitorar e informar impactos ambientais causados pelas operações da empresa, integrando os impactos, as decisões de compras de matérias-primas, custeio de produto, formação de preços, orçamento de capital e avaliação de desempenho. Outros benefícios encontrados com a utilização das divulgações ambientais são os benefícios para a sociedade, para que ocorra uma avaliação mais adequada do uso de recursos ambientais, fornecendo informações úteis para o processo de tomada de decisão.

Por meio da aplicação adequada dos relatórios ambientais se pode identificar, estimar, alocar, administrar e reduzir os custos ambientais das empresas, verificar melhoras relevantes nas demonstrações contábeis das empresas e, apresentar outra visão de seus produtos à sociedade.

2 TEORIA DA LEGITIMIDADE

A teoria da legitimidade considera que a sociedade, a política e a economia são inseparáveis e as questões econômicas não podem ser investigadas de forma significativa na ausência de considerações sobre o quadro político, social e institucional em que a atividade econômica ocorre (DEEGAN, 2002). A perspectiva da economia política, que embasa a teoria da legitimidade, considera os relatórios contábeis como documentos sociais, políticos e econômicos. Eles servem como uma ferramenta para construir, sustentar e legitimar arranjos econômicos e políticos, instituições e temas ideológicos que contribuem com os interesses privados da organização (GUTHRIE; PARKER, 1990).

De acordo com a visão de que as organizações fazem parte de um sistema social mais amplo, as perspectivas fornecidas pela teoria da legitimidade indicam que as organizações são consideradas com nenhum direito inerente aos recursos que utilizam. As organizações existem na medida em que a sociedade considera que são legítimas e, se for esse o caso, a sociedade confere à organização o estado de legitimidade (DEEGAN, 2002).

O contrato social existe entre as empresas e os membros individuais da sociedade. A sociedade fornece às empresas o seu status legal e a autoridade para possuir bens, usar recursos naturais e contratar funcionários. As organizações se baseiam em recursos comunitários e produzem bens e serviços, que geram resíduos ao ambiente geral. A organização não tem direitos inerentes a esses recursos e, para permitir sua existência, a sociedade espera que os benefícios gerados excedam os custos para a sociedade (MATHEWS, 1993).

A ideia de legitimidade pode ser diretamente relacionada ao conceito de contrato social e depende diretamente desse conceito. Considera-se que a sobrevivência de uma organização será ameaçada se a sociedade perceber que a organização violou seu contrato social. Se a sociedade não está convencida de que a organização está operando de forma aceitável ou legítima, a sociedade efetivamente revogará o contrato da organização e descontinuará suas operações (DEEGAN, 2002).

Os requisitos legais fornecem os termos explícitos do contrato, enquanto que outras expectativas societárias não legisladas incorporam os termos implícitos do contrato. É em relação à composição dos termos implícitos do contrato que podemos esperar que as percepções dos gerentes variem muito, em especial, referente a elaboração e a divulgação de relatórios sociais e ambientais (GRAY et al., 1996).

Na sequência, apresentam-se os principais conceitos relacionados a sustentabilidade, a governança corporativa e os relatórios de sustentabilidade.

2.1 Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade foi inicialmente utilizado nas disciplinas de Economia Ambiental e Ética Empresarial, caracterizando-se como um termo interdisciplinar usado em várias áreas do conhecimento. Os componentes fundamentais para o desenvolvimento sustentável são o crescimento econômico, a proteção ao meio ambiente e a igualdade social. Esses fundamentos, juntamente com a mudança do paradigma das empresas, que tinham foco no lucro, deram origem ao conceito *triple bottom line* (BARBOSA, 2007).

O princípio do *triple bottom line*, concebido por Elkington (2001), estabelece que o sucesso e a saúde de empresa devem ser avaliados além de medidas financeiras tradicionais utilizadas, que sejam também qualificadas por sua ética, responsabilidade social e seu desempenho ambiental (NORMAN; MACDONALD, 2004). A sustentabilidade corporativa se destaca por proporcionar uma vantagem competitiva. As empresas que aderem ao tripé da sustentabilidade, por meio de novos negócios com tecnologias limpas e sustentáveis, buscam o equilíbrio entres os capitais natural e humano (B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2017).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), desenvolvido em 2005 para empresas listadas em bolsa de valores, tem por objetivo criar um ambiente compatível com as demandas

de desenvolvimento sustentável e estimular a responsabilidade socioambiental das empresas. Para avaliar o desempenho das empresas listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em relação aos aspectos de sustentabilidade, parte-se do conceito do *triple bottom line*, que envolve a avaliação de elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros de forma integrada (B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2017).

O Pacto Global, lançado em julho de 2000 em Nova Iorque, visa promover os valores universais de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. As empresas são protagonistas fundamentais no desenvolvimento das nações e devem agir com responsabilidade na sociedade que estão inseridas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Os princípios do Pacto Global abarcam a proteção, a melhoria do meio ambiente e o crescimento econômico, pela adoção de uma abordagem preventiva, tomando medidas para promover a responsabilidade ambiental e incentivar o desenvolvimento e disseminação de tecnologias limpas, incluindo sistemas de gestão, de autorregulação, o diálogo com as partes interessadas, a ecoeficiência e a produção limpa (NÚÑEZ, 2006).

Corrêa et al. (2013) analisaram o desenvolvimento dos relatórios de sustentabilidade pela ótica de sua aplicação das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) em comparação com as demais empresas do Brasil e do mundo. Os resultados demonstraram a evolução na adoção do modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) no mundo e a adesão crescente das empresas ao relatório de nível G3 C para o nível G3 A.

No Brasil, a adoção dos relatórios de sustentabilidade vem progredindo na implantação e na evolução dos relatórios. Houve aumento no número de empresas que validam seus relatórios por terceiros no país, possivelmente atrelado ao fato da emergência do tema no âmbito das corporações. As empresas vêm buscando atestar seus relatórios de sustentabilidade pelo maior nível (C+, B+, A+), apresentando credibilidade das informações socioambientais às partes interessadas. A metodologia GRI consolidou-se nas empresas listadas no ISE (CORRÊA et al., 2013).

2.2 Governança Corporativa

Governança corporativa é o sistema que as organizações podem ser dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre cotistas, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum. Os princípios da governança corporativa se baseiam em transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2015).

Governança corporativa pode ser definida como sistema de relação entre a direção das empresas, o conselho de administração, os acionistas e as partes interessadas. A governança corporativa trata do conjunto de leis e regulamentações e da estrutura de poder, referente aos mecanismos que dirigem e controlam as corporações. A governança corporativa também pode ser vista como sistema normativo, que se refere à padrões de comportamento que conduzem à eficiência, ao crescimento dos negócios e ao tratamento aos acionistas (ANDRADE; ROSSET, 2006).

Governança corporativa, responsabilidade social empresarial e sustentabilidade são temas intrinsecamente relacionados, pois, as organizações enfrentam um número crescente de riscos não financeiros. A introdução do conceito de sustentabilidade reflete em mudanças na cultura da organização, ao modificar políticas e processos. Com o sucesso da introdução de responsabilidade social, econômica e ambiental, a empresa altera sua forma de atuar, de tomar

decisões e a sua relação com o mercado e a sociedade em que atua (ELKINGTON; ZOLLINGER, 2004).

Kolk (2008) examinou em que medida e de que maneira os atuais relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na *Fortune Global 250* se relacionam aos aspectos de governança corporativa. Verificou que muitas multinacionais, particularmente na Europa e Japão, começaram a prestar atenção à supervisão e estruturação de responsabilidades de sustentabilidade, ao cumprimento, à ética e à verificação externa. Enquanto divulgações detalhadas ainda não são comuns, algumas práticas mais consistentes podem ser encontradas nos relatórios de sustentabilidade. Verificou dilemas subjacentes e complexidades dos gerentes em lidar com as responsabilidades aos acionistas e as partes interessadas, e o papel dos auditores.

Milani et al. (2012) apuraram o reflexo dos investimentos em empresas com melhores práticas de Responsabilidade Social Empresarial, Governança Corporativa e Sustentabilidade. Analisaram particularidades no que se refere ao desempenho em relação a investimentos nas empresas que representam o mercado. Verificaram as séries de retornos diários dos índices Ibovespa, IGC, IGCT, ISE e ITAG pelo modelo de heterocedasticidade condicional autorregressiva generalizada (GARCH) e de testes não paramétricos de diferença de média.

Os resultados mostram que a volatilidade condicional dos índices de práticas diferenciadas é significativamente menor do que a volatilidade do índice Ibovespa mesmo apresentando correlação entre os retornos muito alta. O Índice de Sharpe (1966) apresentou um retorno por unidade de risco substancialmente superior para empresas com índices de melhores práticas, em relação ao Ibovespa. Conclui-se que os investimentos em empresas com melhores práticas são uma alternativa com menor risco e maior rentabilidade ao investidor (MILANI et al., 2012).

2.3 Relatórios de Sustentabilidade

Os relatórios de sustentabilidade são o resultado de um processo que visa identificar, mensurar e prestar contas sobre as ações das organizações com vistas à sustentabilidade (VERÍSSIMO, 2010). Os relatórios de sustentabilidade podem conter informações quantitativas e qualitativas, na medida em que a companhia melhora sua eficácia e eficiência econômica, ambiental e social no período reportado, integrando esses aspectos em um sistema de gestão de sustentabilidade (DAUB, 2007).

A governança corporativa pode funcionar como um instrumento para obtenção de legitimidade, na medida em que engloba a transparência nos procedimentos contábeis, a mitigação da assimetria de informações e reconhece os direitos de todas as partes interessadas. A governança corporativa pode ser indutora de ações em prol da sustentabilidade, pela divulgação em seus relatórios, uma vez que as práticas de governança, além da preocupação com o registro de transações econômicas, valorizam evidenciações que envolvem a dimensão ambiental (KOLK, 2003).

Os relatórios financeiros podem ser produzidos separados seguindo o formato dos antigos relatórios ambientais, ou podem ser integrados aos relatórios financeiros, devido à importância dos impactos das questões ambientais e sociais na estabilidade financeira da empresa. Podem-se elaborar vários relatórios específicos, cada um deles relacionado com um dos aspectos da sustentabilidade, com a vantagem de responder mais especificamente aos diferentes grupos de partes interessadas (SCHALTEGGER et al., 2006).

Costa et al. (2013) examinaram o conteúdo da divulgação de informações acerca das dimensões da sustentabilidade empresarial em relatórios socioambientais em empresas que obtiveram premiação referente a suas práticas de responsabilidade socioambiental. A análise dos conteúdos dos relatórios de sustentabilidade das empresas (2007, 2008 e 2009) estabeleceu

as sentenças como unidades de análise e contemplou dois campos de observação: as dimensões da sustentabilidade empresarial e os tipos de divulgação adotados.

Os resultados apontaram que a dimensão social externa foi a que apresentou maior evidenciação nos três períodos analisados, na sequência, em 2007 e 2008 pela dimensão ambiental. A dimensão econômica apresentou menor expressividade nos dois primeiros anos verificados, mostrando que o relatório de sustentabilidade foi utilizado pelas empresas principalmente como forma de evidenciação de suas práticas de responsabilidade socioambiental (COSTA et al., 2013).

3 METODOLOGIA

Realizou-se pesquisa descritiva, com análise documental e abordagem quantitativa dos dados. Descritiva pois “é feita a descrição das características de uma determinada população, estudo descritivo de determinado fenômeno com suas variáveis” (SANTOS, 2000, p. 161). A população objeto do estudo é composta pelas empresas listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A amostra é considerada intencional e não probabilística, compreendendo 136 companhias de capital aberto listadas na B3 com relatórios disponíveis para análises.

A base de dados foi extraída do site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na data de 02/08/2017, na seção institucional, sustentabilidade nas empresas, relate ou explique, referente aos dados divulgados do exercício de 2016. O Quadro 1 demonstra os procedimentos de seleção da amostra final, com destaque para os fatores empregados na exclusão das empresas da amostra, prioritariamente devido inconsistência ou indisponibilidade de elementos necessários para efetuar a análise dos relatórios de sustentabilidade relacionados ao período de pesquisa.

Quadro 1 – Amostra investigada

EMPRESAS		%
Empresas que divulgaram no período	172	100,0
Excluídas por inconsistências ou indisponibilidade	36	20,9
Total da amostra	136	79,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à pesquisa documental, Santos (2000) observa que possui a confiança das fontes documentais, sendo essencial para qualquer estudo, tendo ainda a vantagem do baixo custo e o contato direto do pesquisador com os documentos. Nesse sentido, Oliveira (2007, p. 70) orienta que “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

A análise dos documentos destina-se a reelaborar e produzir conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. Uma condição importante é que os fatos devem ser descritos, pois fazem parte os objetos da pesquisa, mas, isoladamente não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, condensar as informações, definir tendências e quando possível fazer a inferência. May (2004) afirma que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido.

Quanto a análise quantitativa, conforme ensinamentos de Richardson (1989), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação nas modalidades de coleta de informações e no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. O diferencial é a intenção de garantir a precisão dos trabalhos realizados, conduzindo a um resultado com poucas chances de distorções.

Para a coleta de dados foi utilizada uma lista de verificações com base Kolk (2008), conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Indicadores de governança e socioambientais

I. Existência de uma estrutura de sustentabilidade na organização
II. Existência de um departamento ou unidade de sustentabilidade separada
III. Existência de pessoa ou órgão responsável pela sustentabilidade
IV. Existência de uma seção separada sobre governança corporativa no relatório
V. Governança corporativa especialmente ligada às questões de sustentabilidade
VI. Existência de um código de ética ou de conduta
VII. Existência de mecanismos de reclamação ligados à sustentabilidade
VIII. Verificação externa do relatório de sustentabilidade

Fonte: Adaptado de Kolk (2008).

Adicionalmente, foram analisados alguns indicadores formulados pelo Instituto Ethos, conforme apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 - Indicadores de governança e socioambientais

IX. Gestão dos impactos da empresa na comunidade
X. Compromisso com o desenvolvimento da comunidade
XI. Gestão das práticas ambientais
XII. Existência de práticas anticorrupção

Fonte: Adaptado de Instituto Ethos (2017).

No tocante a análise dos dados, foram reunidos e agrupados para tabulação com a utilização de planilha eletrônica *Microsoft Excel*, para exploração e apresentação, posteriormente realizaram-se descrições estatísticas com o *Software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*. O foco do estudo centralizou-se na divulgação dos relatórios socioambientais nos moldes do *Global Reporting Initiative (GRI)*, do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, do *Accountability Assurance Standard (AA1000)* e do Pacto Global.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção contém a apresentação, descrição e análise dos dados encontrados na pesquisa. Apresentam-se os dados dos tipos de relatórios de sustentabilidade, as empresas que estão divulgando e em quais níveis de governança encontram-se as empresas estudadas. Os indicadores socioambientais divulgados pelas organizações estudadas conforme indicadores apresentados por Kolk (2008) e indicadores utilizados pelo Instituto Ethos (2017).

A Tabela 1 apresenta os dados referente aos tipos de relatórios de sustentabilidade divulgados e o nível de governança corporativa das empresas listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Tabela 1 - Perfil dos relatórios de sustentabilidade e do nível de governança

Relatórios de Sustentabilidade						
Empresas	GRI	IIRC	AA1000	Pacto Global	Outros	Não divulgou
136	110	23	3	3	11	17
	65,87%	13,77%	1,80%	1,80%	6,59%	10,18%
Nível de Governança						
Empresas	Tradicional	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	ISE	
136	52	17	14	53	29	
	38,23%	12,50%	10,29	38,97%	21,32%	

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se na Tabela 1 que a maioria absoluta (dois terços) das empresas possui preferência pela divulgação do relatório proposto pelo *Global Reporting Initiative (GRI)*,

representando 65,87% das empresas investigadas. Na sequência, o Relato Integrado proposto pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), com 13,77% de frequência. A utilização do modelo do Pacto Global e do *Accountability Assurance Standard* (AA1000) representa apenas 1,80% das organizações em cada metodologia.

A função do relatório de sustentabilidade é fornecer uma declaração completa e plausível do desempenho de sustentabilidade da organização com as contribuições positivas e negativas (*GLOBAL REPORTING INITIATIVE*, 2007). Pela teoria da legitimidade, os relatórios de sustentabilidade são o resultado da necessidade dos gestores em posicionar a empresa na sociedade e no mercado, como uma forma de comunicar os resultados auferidos (BURRIT; SCHALTEGGER, 2010).

O estudo encontrou 11 empresas (6,59%) utilizando outras metodologias não relatadas. As empresas fazem uso de mais de uma metodologia para elaborar seus relatórios de sustentabilidade. E, 17 organizações (10,18%) não divulgaram a metodologia utilizada na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade.

Em relação ao nível de governança, a maior frequência é de empresas do Novo Mercado (38,97%). Conforme a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (2017), este nível de governança está destinado à negociação de ações de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais as que são exigidas pela legislação brasileira. A listagem nesse segmento especial implica na adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da adoção de uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente.

As empresas listadas no mercado tradicional representam 38,23% da amostra. Em 12,50% das organizações constatou-se aderência ao Nível 1, sendo aquelas que devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. No Nível 2 de governança encontram-se as empresas que têm o direito de manter ações preferenciais (B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2017) e são representadas por 10,29% das instituições pesquisadas.

As empresas que auditam ou revisam seus relatórios de forma independente representam 45,58% da amostra, e as que não divulgaram tal informação somam 20 ou 14,70% das instituições e 54 ou 39,70% das organizações não possuem auditoria externa, conforme dados dos relatórios da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Argumenta-se que, ao considerar os aspectos sociais e ambientais, um pesquisador é mais capaz de analisar as questões mais amplas, em nível social, que afetam o funcionamento de uma organização e quais as informações são importantes divulgar (DEEGAN, 2002). As divulgações têm a capacidade de transmitir significados sociais, políticos e econômicos para um conjunto de partes interessadas dos relatórios (GUTHRIE; PARKER, 1990).

Atendendo ao objetivo central do estudo, a Tabela 2 identifica os indicadores de governança e socioambientais apresentados nos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas investigadas, referente ao ano de 2016.

Tabela 2 - Indicadores de governança e socioambientais evidenciados nos relatórios de sustentabilidade

Indicador	N	Conf.	Média	Mediana	σ	Mínimo	Máximo	25%	75%
I.	136	83	0,6103	1,0000	0,4895	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000
II.	136	41	0,3015	0,0000	0,4606	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000
III.	136	54	0,3971	0,0000	0,4911	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000
IV.	136	118	0,8676	1,0000	0,3401	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000
V.	136	46	0,3382	0,0000	0,4749	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000
VI.	136	125	0,9191	1,0000	0,2737	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000
VII.	136	95	0,6985	1,0000	0,4606	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000

VIII.	136	48	0,3529	0,0000	0,4797	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000
-------	-----	----	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se na Tabela 2, os indicadores de sustentabilidade e de governança corporativa, com a respectiva frequência nos 136 relatórios analisados. A pesquisa mostra que em nenhum dos aspectos verificados obteve-se a presença na totalidade das empresas estudadas, mostrando que em algum momento podem existir falhas no sistema de governança e nos relatórios de sustentabilidade.

Referente a existência de uma estrutura de sustentabilidade na organização, percebe-se que a maioria das empresas (61,03%) apresenta alguma estrutura voltada para as práticas sustentáveis. Dentre essas estruturas foram identificadas, comissões, comitês e assemelhados, voltados para os quesitos de responsabilidade socioambiental. Uma estratégia empresarial é buscar melhores resultados sociais por meio de iniciativas de cunho ambiental (B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2017).

Outro aspecto relacionado à estrutura diz respeito a existência de um departamento ou unidade em separado para acompanhamento das práticas de sustentabilidade, cujos dados mostram que 41 empresas da amostra (30,15%) apresentam tal estrutura. Quando analisada a existência de pessoa ou órgão responsável pela sustentabilidade, 54 empresas (39,71%) demonstram em seus relatórios, possuem esse suporte na sua estrutura interna.

De modo a abordar as questões relacionadas à governança corporativa, verificou-se se as instituições apresentaram seção separada em seus relatórios de sustentabilidade tratando de governança corporativa, sendo encontrado em 118 relatórios ou 86,76% das empresas estudadas. Foi verificada a existência de estrutura específica de governança para administrar diretamente a sustentabilidade, encontrando-se tal requisito em 46 relatórios, ou 33,82% das instituições. No Brasil, há um número cada vez maior de empresas que divulgam publicamente suas ações sociais e ambientais sob a forma de balanços sociais, de relatórios socioambientais ou de relatórios de sustentabilidade (AZEVEDO, 2006).

A ética é um assunto de relevância quando se trata de assuntos relacionados ao comportamento corporativo. Verificou-se a existência de um código de ética ou conduta claro em 125 relatórios analisados, representando 91,91% da amostra. Indicando a predisposição das empresas em definir o comportamento esperado de seus colaboradores e a busca de transmitir uma boa imagem para suas partes interessadas. Este resultado coaduna com Kolk (2008) referente as empresas europeias e japonesas.

A opinião dos clientes, consumidores e usuários de serviços exerce influência na imagem da empresa, e espera-se que as empresas possuam caminhos para a comunicação facilitada com seus usuários. Analisamos a existência de um canal de fácil acesso para reclamações quanto às questões socioambientais, sendo encontrado em 95 relatórios analisados, representando 69,85% das instituições pesquisadas.

A verificação externa do relatório de sustentabilidade e da metodologia utilizada para a elaboração transmite credibilidade das informações apresentadas, verificamos que 48 empresas estudadas (35,29%) submetem seus relatórios às auditorias ou avaliações externas. Diferente do que ocorre com as auditorias financeiras, mandatárias em muitos casos, principalmente empresas de capital aberto, as auditorias em relatórios de sustentabilidade são vistas dentro de um mercado em expansão que acompanha a tendência mundial rumo ao aumento da transparência das corporações.

A Tabela 3 apresenta o teste de Kruskal-Wallis, para as empresas que se encontram listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão relação aos indicadores do modelo Kolk (2008).

Tabela 3 - Teste Kruskal-Wallis utilizando a variável ISE como agrupamento

ISE	I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII	
	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
N	107	29	107	29	107	29	107	29	107	29	107	29	107	29	107	29
Classificação média	65,8	78,6	67,1	73,8	65,6	79,0	68,6	68,1	67,1	73,6	68,9	67,0	68,7	67,9	66,7	75,0
Qui-quadrado	3,385		1,053		3,656		0,010		0,933		0,251		0,014		1,456	
Significância Assintótica	0,066		0,305		0,056		0,921		0,334		0,617		0,907		0,228	

Fonte: Dados da pesquisa utilizando modelo Kolk (2008).

Pelo teste Kruskal-Wallis, somente em duas evidenciações abrangidas no estudo verificamos que as médias entre as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e as empresas não listadas no ISE são diferentes (“I. Existência de uma estrutura de sustentabilidade na organização” e “III. Existência de pessoa ou órgão responsável pela sustentabilidade”). Concluimos pela aceitação da hipótese alternativa (de que as médias são diferentes nas empresas ISE e não-ISE) nesses dois casos.

A Tabela 4, mostra o teste de Kruskal-Wallis, para as empresas listadas nos níveis de diferenciados de governança corporativa na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em relação aos indicadores do modelo Kolk (2008).

Tabela 4 - Teste Kruskal-Wallis utilizando a variável NGC

NGC	I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII	
	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
N	52	84	52	84	52	84	52	84	52	84	52	84	52	84	52	84
Classificação média	64,9	70,7	67,6	69,0	66,3	69,8	69,7	67,8	78,2	62,5	68,8	68,3	70,7	67,1	79,8	61,5
Qui-quadrado	0,972		0,067		0,350		0,210		7,585		0,018		0,412		10,119	
Significância Assintótica	0,324		0,796		0,554		0,647		0,006		0,894		0,521		0,001	

Fonte: Dados da pesquisa.

O teste Kruskal-Wallis apresenta duas evidenciações entre as médias das empresas no Nível de Governança Corporativa (NGC) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e das empresas não listadas no NGC, sendo “V. Governança corporativa especialmente ligada às questões de sustentabilidade” e “VIII. Verificação externa do relatório de sustentabilidade”, aceitando-se a hipótese alternativa (de que as médias são diferentes nas empresas NGC e não-NGC) nesses dois casos.

A Tabela 05 apresenta os indicadores relacionados a governança que são sugeridos pelo Instituto Ethos para avaliação dos relatórios socioambientais, referente ao ano de 2016.

Tabela 05 - Indicadores de governança e socioambientais evidenciados nos relatórios de sustentabilidade

Indicador	N	Conf.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	25%	75%
IX.	136	87	0,6397	1,0000	0,4819	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000
X.	136	120	0,8824	1,0000	0,3234	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000
XI.	136	132	0,9706	1,0000	0,1696	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000
XII.	136	100	0,7353	1,0000	0,4428	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise quanto ao conteúdo da evidenciação sobre o relacionamento com a comunidade, a verificação da gestão de impactos produzidos pelas empresas nas comunidades foi citada em 87 instituições (63,97%), reconhecendo o impacto. A verificação quanto às

práticas e compromissos com o desenvolvimento da comunidade são encontradas nos relatórios de 120 empresas, representando 88,24% das organizações estudadas.

No que tange a gestão das práticas ambientais, verifica-se tal evidenciação nos relatórios apresentados por 132 empresas, o que representa quase a totalidade das empresas estudadas (97,06%), sendo que apenas 2 empresas não efetuam tal evidenciação. Nesse sentido, Souza, (2002) adverte que as práticas ambientais das empresas têm assumido um papel integrado às diferentes funções administrativas, de marketing, finanças, produção, qualidade, desenvolvimento de produtos, dentre outros. Buscando assim, remeter à exploração das melhores as fontes atreladas a sustentabilidade o que leva as empresas a preocuparem-se de forma crescente com a sua política ambiental.

O último quesito investigado refere-se às práticas anticorrupção, nesse sentido as empresas apresentam uma predisposição na prática de políticas e estratégias. Constatou-se que 100 empresas apresentaram práticas anticorrupção em seus relatórios de sustentabilidade, o que representa 73,53% das empresas investigadas. Côté-Freeman e Fagan (2010) observam que a ausência de detalhe que ocorre no relato sobre as práticas de combate à corrupção e o sucesso destas enfraquece a credibilidade deste tipo de relato, podendo mesmo colocar em perigo o compromisso da empresa relativamente aos esforços para mais atos de responsabilidade social.

Relaciona-se os dados encontrados com o estudo de Branco (2011), analisando relatórios de sustentabilidade das empresas com ações admitidas à cotação na Euronext – Lisboa, concluindo que a informação oferecida sobre o tema combate à corrupção por parte das empresas portuguesas é claramente insuficiente e que embora o combate à corrupção seja parte importante da responsabilidade social de qualquer empresa, parece continuar a ser uma temática negligenciada entre as prioridades da responsabilidade socioambiental.

No âmbito do assunto abordado, o estudo de Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) analisa o nível de evidenciação das informações socioambientais dos relatórios de sustentabilidade no ano de 2007 das empresas consideradas com nível de aplicação A+ pelo *Global Reporting Initiative* – Natura, Petrobras, Bunge, Banco Real, Bradesco e Itaú. Os resultados evidenciaram que as empresas selecionadas não atenderam prontamente ao nível de evidenciação proposto pelas diretrizes do GRI. Concluiu-se ainda que, quantitativamente, os níveis de evidenciação são estatisticamente diferentes entre as empresas da amostra.

Em última análise, identifica-se que os resultados encontrados se relacionam com o estudo de Azevedo (2006), que identificou os indicadores que as empresas disponibilizaram no Relatório de Sustentabilidade Empresarial do CEBDS, observando a frequência de uso, a disponibilidade de dados quantitativos e qualitativos e os tipos de informações mais divulgadas. Percebeu-se que a dimensão social concentrou boa parte do número de indicadores e na dimensão ambiental os indicadores são muitas vezes específicos às atividades da empresa, cuja relação é diretamente influenciada pela atividade produtiva que desenvolve.

A dimensão econômica apresentou baixo número de indicadores, possivelmente influenciada pela preocupação das empresas em se concentrar seus esforços nos relatórios de sustentabilidade para as ações no campo social e ambiental, já que as informações econômicas são incluídas normalmente nos relatórios anuais e nas demonstrações contábeis tradicionais.

A Tabela 6 mostra o teste de de Kruskal-Wallis, para as empresas listadas no Índice de Responsabilidade Ambiental na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em relação aos indicadores do Instituto Ethos (2017).

Tabela 6 - Teste Kruskal-Wallis utilizando a variável ISE

ISE	IX		X		XI		XII	
	0	1	0	1	0	1	0	1
N	107	29	107	29	107	29	107	29
Classificação média	70,1	62,5	68,2	69,5	68,6	68,2	64,9	81,8

Qui-quadrado	1,229	0,0710	0,0330	7,203
Significância Assintótica	0,268	0,790	0,856	0,007

Fonte: Dados da pesquisa.

O teste Kruskal-Wallis confirmou que somente na evidenciação de “XII. Existência de práticas anticorrupção” verifica-se que as médias entre as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e as empresas não listadas no ISE são diferentes. Desta forma, aceita-se a hipótese alternativa (de que as médias são diferentes nas empresas ISE e não-ISE) na evidenciação de existência de práticas anticorrupção, referente aos indicadores do Instituto Ethos (2017).

A Tabela 7 demonstra o teste de Kruskal-Wallis, para as empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em relação aos indicadores do Instituto Ethos (2017).

Tabela 7 - Teste Kruskal-Wallis utilizando a variável NGC

NGC	IX		X		XI		XII	
	0	1	0	1	0	1	0	1
N	52	84	52	84	52	84	52	84
Classificação média	77,3	63,0	72,6	66,0	67,9	68,9	69,5	67,9
Qui-quadrado	6,083		2,894		0,240		0,093	
Significância Assintótica	0,014		0,089		0,624		0,761	

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise do teste Kruskal-Wallis verifica que somente em duas evidenciações compreendidas na pesquisa constatamos que as médias entre as empresas listadas nos níveis de diferenciados de governança corporativa (NGC) e as empresas não listadas no NGC são diferentes (IX. Gestão dos impactos da empresa na comunidade e X. Compromisso com o desenvolvimento da comunidade). Podemos aceitar a hipótese alternativa (de que as médias são diferentes nas empresas NGC e não-NGC) nesses dois casos referente os indicadores do Instituto Ethos (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve a pretensão analisar de que maneira ocorre a divulgação de informações de governança corporativa e de sustentabilidade nos relatórios de responsabilidade socioambiental em empresas listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Dentre os fatores, discute-se a importância e a relevância atribuída a determinados indicadores que examinam se as empresas estão atentas em relação à sustentabilidade, considerando os procedimentos éticos e reclamações até o envolvimento de auditoria na avaliação da confiabilidade da sustentabilidade dos relatórios.

É possível constatar a adequabilidade e relevância da publicação de relatórios socioambientais para as empresas pesquisadas, sua contribuição para o avanço da transparência e da publicidade das ações e demonstrar os resultados gerados pelas empresas justificáveis à luz dos conceitos de responsabilidade social corporativa, da nova cidadania.

No que tange aos resultados mais relevantes faz-se necessário observar alguns aspectos. Assim, em virtude da análise dos dados, observa-se que em sua grande maioria as empresas estudadas utilizam-se do relatório *Global Reporting Initiative* (GRI) para divulgação de suas práticas de responsabilidade socioambiental.

Do mesmo modo, as empresas que se encontram listadas na seção institucional, sustentabilidade nas empresas, relate ou explique da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão encontram-se em grande parte, no nível de governança de Novo Mercado, fazendo com que o Nível 1 e

Nível 2 de governança possuem menos empresas listadas no estudo. As empresas listadas no mercado tradicional representaram 38,23% da pesquisa.

Em análise das empresas estudadas, destaca-se que os indicadores de maior incidência nos relatórios de sustentabilidade referem-se a gestão das práticas ambientais, código de ética ou conduta e os critérios de governança corporativa. Em sentido contrário, os indicadores de menor incidência referem-se à verificação externa do relatório de sustentabilidade, indicadores de governança corporativa ligados a sustentabilidade e existência de um departamento ou unidade de sustentabilidade em separado. As empresas pesquisadas demonstraram uma propensão para divulgação de todos os indicadores investigados, podendo variar em relevância dependendo da natureza do mercado em que a empresa está inserida.

Como contribuição mais expressiva implica no fator de que a responsabilidade socioambiental está presente nas empresas investigadas, o que pode indicar uma propensão a práticas ambientais e sustentáveis nas organizações. Invariavelmente, esta análise proporciona dimensionamentos diferentes sobre a responsabilidade socioambiental nas instituições, apesar de o estudo ter sido empregado em um número de empresas predeterminado, pode ser relacionado a uma tendência de mercado.

Quanto às limitações da pesquisa, convém relatar de que a amostra utilizada ficou circunscrita às empresas listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na seção institucional de sustentabilidade. Sendo que, empresas que tenham práticas de gestão ambiental e divulgação de relatórios de sustentabilidade que não estão listadas na seção institucional, sustentabilidade nas empresas, relate ou explique poderiam apresentar indicadores diferenciados daqueles encontrados no presente estudo.

Como sugestão para estudos futuros sobre este tema, recomenda-se o estudo de outros segmentos de empresas que disponibilizam relatórios de sustentabilidade, ou determinados segmentos de mercado que possuam maior dano ambiental em função da natureza do seu ramo de atuação. Nesse sentido, recomenda-se também a investigação de outros indicadores ambientais, sociais e de governança, possibilitando a confrontação de novos resultados com aqueles encontrados na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R.; CAVALCANTI, Y., MELLO; C. S. **Gestão ambiental: Planejamento, Avaliação, Implantação, Operação e Verificação**. Rio de Janeiro: Thex, 2002.

ANDRADE, A.; ROSSETTI J. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

AZEVEDO, A. L. V. Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS. **Revibec: revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 5, n.1, p. 75-93, 2006.

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Bolsa de Valores do Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/index.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BARBOSA, P. R. A. **Índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo (ISE-BOVESPA): exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa**. 2007.150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BENITES, L. L. L.; POLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, p. 195-210, 2013.

BRANCO, M. C. Informação sobre combate à corrupção nos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas. **Estudos do ISCA**, v. 4, n. 2, p. 1-16, 2011.

BURRITT, R. L.; SCHALTEGGER, S. Sustainability accounting and reporting: fad or trend. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 23, n. 7, p. 829-846, 2010.

CORRÊA, R.; SOUZA, M. T. S. D.; RIBEIRO, H. C. M.; RUIZ, M. S. Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 7, n. 2, p. 24 - 40, 2013.

COSTA, M. I.; TORRES, L. S.; GALLON, A. V.; DE LUCA, M. M. M. Classificação do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 7, n. 2, p.147 – 166, 2013.

CÔTÉ-FREEMAN, S.; FAGAN, C. Corporate responsibility & anti-corruption: the missing link. **Transparency International Working Paper**, v. 1. n.1, p.10 - 16, 2010.

DAUB, C. H. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, n. 1, p. 75-85, 2007.

DEEGAN, Craig. Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures: a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ELKINGTON, J.; ZOLLINGER, P. **Social and environmental reporting**. In: DALLAS, G. S. Governance and risk: An analytical handbook for investors, managers, directors, and stakeholders. Nova Iorque: McGraw-Hill, p. 200-214, 2004.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE. **Diretrizes Para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade**. 2007. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GRAY, Rob; OWEN, Dave; ADAMS, Carol. **Accounting & accountability: changes and challenges in corporate social and environmental reporting**. Prentice Hall, 1996.

GUTHRIE, James; PARKER, Lee D. Corporate social disclosure practice: a comparative international analysis. **Advances in Public Interest Accounting**, v. 3, p. 159-175, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 2015. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2017.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**. 2017. Disponível em: <<http://https://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

KOLK, A. Sustainability, accountability and corporate governance: exploring multinationals' reporting practices. **Business Strategy and the Environment**, v. 17, n. 1, p. 1-15, 2008.

KOLK, A. Trends in sustainability reporting by the Fortune Global 250. **Business Strategy and the Environment**, v. 12, n. 5, p. 279-291, 2003.

LEITE FILHO, G. A.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES, T. N. Análise os níveis de evidenciação dos Relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting initiative (GRI) no Ano de 2007. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 7, p.43 – 59, 2009.

MATTHEWS, M. R. **Socially Responsible Accounting**. Londres: Chapman Hall, 1993.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MILANI, B.; RIGHI, M. B.; CERETTA, P. S.; DIAS, V. V. Práticas de Sustentabilidade, Governança Corporativa e Responsabilidade Social afetam o risco e o retorno dos investimentos. **Revista de Administração da UFSM**, v. 5, p. 667-682, 2012.

MOTA, José Aroudo. Economia, meio ambiente e sustentabilidade: as limitações do mercado onde o mercado é o limite. **Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União**, p. 67-87, 2004.

NORMAN, W.; MACDONALD, C. Getting to the bottom of “triple bottom line”. **Business Ethics Quarterly**, v. 14, n. 2, p. 243-262, 2004.

NÚÑEZ G. **El Sector Empresarial en la Sostenibilidad Ambiental: Ejes de Interacción**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Global**. 2017. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/70/O-que-eh>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989

SANTOS, I. E. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

SCHALTEGGER, Stefan; BENNETT, Martin; BURRITT, Roger (Ed.). Sustainability accounting and reporting. **Springer Science & Business Media**, 2006.

SOUZA, R. S. de. Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. **Revista eletrônica de administração**, v. 8, n. 6, p. 2- 22, 2002.

VERÍSSIMO, C. M. O. **Auditoria e relatórios de sustentabilidade**. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública). Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Coimbra, 2010.